

Futebol, vôlei, rúgbi e mídia: tecendo os fios entre esportes e relações de gênero¹

Leonardo Turchi Pacheco

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar, sumariamente, os temas e as reflexões desenvolvidas durante os anos em que a pesquisa em Antropologia dos Esportes passou a fazer parte do meu *métier*. Nesse sentido, pretendo desvelar o novelo que me fez tecer fios nas dimensões das relações de gênero em que os pontos bordados foram do futebol à mídia, passando pelo vôlei e rúgbi e retornando à mídia por um viés diferente do inicial. Pode-se dizer que nessa costura o “ponto atrás”, o ponto forte e permanente, é composto pelas reflexões em torno das relações de gênero e seus desdobramentos. O empenho em compreender a masculinidade e a feminilidade – suas construções sociais, as relações de poder engendradas nos espaços da prática e do discurso no campo esportivo. Os “pontos x”, aqueles que se cruzam, são compostos pelas modalidades esportivas – futebol, voleibol e rúgbi – e, mais recentemente, a mídia por meio do jornalismo esportivo. Assim recorto este texto em quatro pontos.

O primeiro apresenta a reflexão da masculinidade nas derrotas brasileiras em Copas do Mundo de futebol por intermédio do olhar da mídia esportiva. Nessa perspectiva enfocam-se as narrativas midiáticas de acusação para compreender as derrotas nessa competição. O segundo ponto aborda a masculinidade no voleibol. Esporte que não é considerado na cultura brasileira como área reservada à construção da identidade masculina (DUN-

1 O tema do gênero apareceu pela primeira vez no GT de Antropologia dos Esportes na 22ª RBA (2000) por meio do trabalho de Anderson Cavalcanti, *Os homens que não gostam de futebol e a masculinidade no Brasil*.

NING, 1992). Por meio das vozes de seus praticantes, atletas profissionais de clubes de Minas Gerais, evidencia-se que a masculinidade nesse esporte é construída por meio de suas aproximações e distanciamentos com o futebol. O terceiro ponto trata de jovens mulheres universitárias que escolheram praticar o rúgbi (como lazer). Além de revelar as dificuldades e embates para se inserirem nesse espaço, também apontam para os discursos que elas produzem para compreender a feminilidade e a corporeidade em um esporte de reserva masculina. O último ponto a ser costurado apresenta as desigualdades de gênero no jornalismo esportivo. É sobre as possibilidades de ocupação de espaços e desempenho de funções no jornalismo esportivo por mulheres em Belo Horizonte que esse ponto se atém.

Ponto 1: derrota e masculinidade

Como pano de fundo para pensar a masculinidade abordei as derrotas em Copas do Mundo. Entendo que a derrota esportiva é um bom tema para se refletir como uma sociedade se autoidentifica. No caso do futebol e mais especificamente em competições como a Copa do Mundo isso se torna mais significativo na medida em que "[...] talvez sejam um dos últimos redutos do nacionalismo no mundo moderno e, por esta via, talvez sejam um dos mais importantes espaços para a produção simultânea das identidades nacionais" (GASTALDO; GUEDES, 2006, p. 9).

Pois bem, identifiquei por meio dos discursos da mídia escrita brasileira três categorias para dar sentido às derrotas nas Copas do Mundo (PACHECO, 2010): tragédia (1950 e 1982), batalhas (1954 e 1978) e fracassos (1966 e 1974). As tragédias são aquelas derrotas que de tão inconcebíveis, pois a vitória era dada como uma certeza, causam comoção nacional, pedem explicações aprofundadas dos seus motivos e exigem mudanças radicais. As batalhas são derrotas ambíguas, que podem, de alguma forma, ser compreendidas pelo viés positivo. Neste os jogadores são considerados quase vencedores pois não levam desaforo para casa, defendem a honra e se dão ao respeito. Por outro lado, podem ser compreendidas pelo viés negativo;

neste os jogadores são considerados como covardes que não se controlam frente a um desafio e tremem diante de homens mais bem preparados física e moralmente. Os fracassos são derrotas entendidas como provenientes da soberba e consequência da falta de planejamento. São geralmente precedidas por grandes conquistas exitosas. Nelas se questiona a maneira do estilo de praticar o futebol tendo como referência as conquistas passadas. Exige-se mudanças que são diversas daquelas exigidas nas tragédias.

Um exemplo de tragédia: Em 1982, depois de uma primeira fase apresentada pela imprensa como o resgate do futebol-arte que definiria a identidade do homem brasileiro no campo esportivo do futebol, a seleção brasileira foi considerada a grande favorita à taça do mundo. Logo após a convincente vitória sobre a Argentina, as masculinidades dos atletas foram descritas a partir das características de cada um em campo: Sócrates era o doutor eloquente e cerebral; Falcão, era o elegante; Éder, era o bomba sedutor; Cerezo, era o peladeiro aguerrido; Zico, era o homem amadurecido e grande craque. Juntos eles eram apresentados como sendo os supercraques possuidores da *hipermasculinidade*, característica da masculinidade associada aos homens competitivos e aguerridos que fazem de seus corpos armas na arena esportiva (CONNELL, 2002; WHITSON, 2002). A bola, por sua vez, era descrita como uma mulher seduzida e controlada pelos pés desses supermachos: "Por ser uma mulher, a bola é dengosa: rola melhor no pé, no peito e na cabeça do brasileiro" (PLACAR, 1982). No final, com a derrota para a Itália em uma partida tida como impossível de se perder, a narrativa muda. Os jornalistas entendem que faltou preparo físico e um pouco de virilidade: "Leandro [...] estava visivelmente cansado. [...] Luizinho. Este, em vez de entrar duro, foi com o pezinho mole [...]. Muito sapato alto é difícilimo de escrever em uma lauda [...]" (SALDANHA, 2002, p. 102).

Agora citando um exemplo de fracasso, em 1974, na Alemanha, havia a pressão de manter o êxito e o estilo de jogo do campeonato de 1970. No entanto, o que se viu foram jogos sem gols e atletas que foram acusados de não aguentarem as pancadas e o jogo viril dos europeus. Um deles era o atacante Paulo César Caju, um jogador considerado craque dentro de campo e politicamente contestador fora ele. Como sua função era marcar

gols e nos dois primeiros jogos havia "passado em branco", assim como toda a seleção brasileira, diga-se de passagem, recaiu sobre ele a acusação de ausência de masculinidade. A acusação é reiteradamente reforçada por imagens publicadas em duas revistas de grande circulação na época: *Placar* e *O Cruzeiro*. A revista *Placar* enfatiza a sua submissão corporal. Ele é retratado caído de quatro apoiado sobre as mãos e joelhos e é descrito como alguém a quem falta "coragem, garra e técnica". A revista *O Cruzeiro*, retrata o jogador segurando uma boneca (portanto associa sua imagem ao universo feminino e à poluição e desordem que isso acarreta no universo masculino do futebol), descrevendo-o como alguém a quem falta hombridade: "um simples comprador de boneca" (O CRUZEIRO, 1974).

Percebe-se que nas vitórias a mídia representa os atletas e metonimicamente a nação brasileira positivamente de maneira a ressaltar suas virtudes. Ao contrário, nas derrotas as narrativas evidenciam os defeitos desses atletas. Esses defeitos tornam-se categorias de acusação (VELHO, 2004), carregadas de denúncias morais que associam os atletas à ausência de virilidade e masculinidade. Portanto, os perdedores são retratados como sendo pouco viris, associados a estereótipos da feminilidade e do mundo feminino – "salto alto", "pezinho mole" e "compradores de boneca".

Agora, dando um exemplo de batalha, podemos citar que nem sempre a associação com a feminilidade é associada para compreender a derrota. Esse foi o caso da Copa do Mundo de 1978. Nessa competição os brasileiros foram declarados "campeões morais" e souberam defender sua honra por meio de um jogo viril contra os donos da casa. A "Batalha de Rosário"² como ficou conhecido o encontro Brasil versus Argentina foi marcada por um futebol pouco vistoso e por intimidações violentas de parte a parte. A revista *Manchete Esportiva* decretou que aquela partida foi um "jogo para

2 Como mencionei anteriormente as derrotas denominadas de batalhas são ambíguas. Se, em 1978, a honra foi mantida e os relatos foram positivos, o mesmo não aconteceu em 1954. A "Batalha de Berna", como ficou conhecido o encontro entre Brasil e Hungria naquele mundial, teve uma conotação diversa da "Batalha de Rosário". Em Berna os brasileiros (principalmente os negros, assim como havia acontecido em 1950 no *Maracanazo*) foram acusados de moralmente fracos, pois não aguentaram suportar a pressão de jogar contra os majestosos europeus caucasianos. Não conseguiram se autocontrolar e tremeram. Ao tremerem partiram para a violência, única possibilidade encontrada para ganhar o jogo. Desse evento a mídia cunhou o epíteto para caracterizar a seleção brasileira em 1954: "o *scratch* tremedeira".

machões" em que os brasileiros não se intimidaram demonstrando toda sua virilidade (MANCHETE ESPORTIVA, 1978).

Pelo teor das narrativas coletadas é possível afirmar que existem Derrotas e derrotas. Nota-se que os discursos da mídia se alternam ao sabor das pluralidades e ambiguidades para compreender as derrotas maiúsculas e as minúsculas, não tão importantes, e assim representar as masculinidades do homem brasileiro em campo.

Ponto 2: vôlei e masculinidade

Se por um lado a pesquisa sobre derrota e Copa do Mundo foi realizada em arquivos (quase uma antropologia de gabinete), a pesquisa sobre voleibol e masculinidade foi realizada por meio de trabalho de campo. Entre as arquibancadas dos ginásios esportivos em dias de jogos, treinos e sessões de recuperação dos atletas em uma clínica de fisioterapia foram coletadas narrativas de profissionais do voleibol, que atuavam em Minas Gerais, sobre a construção e representação da masculinidade.

No Brasil o voleibol não é considerado um esporte de socialização masculina. Esse papel cabe ao futebol. Pairam sobre a prática do vôlei a pecha de ser um esporte para mulheres e gays. Porém, o vôlei é praticado profissionalmente por homens independentemente da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Tendo essas premissas em vista, procurei compreender como os profissionais dão sentido ao fato de serem homens e praticarem voleibol. E quais foram os achados?

Bom, as narrativas dos atletas indicavam que a sexualidade não era pensada como um entrave para a prática do esporte e muito menos para definir masculinidades. No entendimento dos atletas, o vôlei, mesmo não sendo um esporte de contato físico entre os participantes, é um esporte para homens, porque é marcado pela potência e pela impossibilidade de se omitir. A potência do saque, a violência da bola contra o corpo, o desprezo da dor no contato com a bola e com a quadra.

É relevante apontar que a masculinidade nesse contexto toma como referência o futebol como medida de masculinidade hegemônica (CON-

NELL, 2002), seja para se aproximar ou para se afastar das características do esporte. Assim como no futebol, a potência, a racionalidade, a liderança e o estoicismo são características colocadas em cena para construir uma definição de masculinidade em quadra. Percebe-se, pelos relatos, que essa masculinidade é plural. Da mesma forma que foi evidenciada com as narrativas da mídia sobre os supercraques na Copa do Mundo, os atletas de vôlei de alto rendimento também associaram em suas narrativas cada posição ocupada e a função desempenhada a uma característica ideal típica de masculinidade. Os levantadores acionaram a explicação da racionalidade e da magia, além do comando para dar conta de suas funções. Os liberos exploraram a precisão e a coordenação dos movimentos como fatores decisivos. O ponteiro passador dá significado para sua atividade por meio do volume de jogo e a capacidade e habilidade de definição. O meio de rede se coloca como o que faz tudo, portanto imprescindível para o sucesso da equipe, e o oposto é o homem da potência e da regularidade.

Na tentativa de se afastar do futebol de alto rendimento, os atletas de vôlei realizavam uma diferenciação entre ser homem e menino no desempenho de suas atividades. A masculinidade (ser homem) no universo do vôlei estaria ligada à responsabilidade, ao cumprimento da rotina, ao compromisso com os pares e à definição e execução de metas. Contrariamente, a masculinidade incompleta (ser menino) estaria ligada à irresponsabilidade, ao descompromisso, à falta de palavra e respeito pelo coletivo, à indefinição e omissão – características associadas ao que eles entendem ser o mundo do futebol.

Ademais, as narrativas ainda diferenciam homens e meninos pela independência financeira e o provimento da família, que seriam não somente a diferença entre homens e meninos, mas também entre profissionais e amadores. Nota-se que, mesmo sendo homens profissionais, atletas de qualquer modalidade podem ser percebidos como meninos amadores dependendo do estilo de vida que escolhem levar em relação aos compromissos com a prática.

Ponto 3: rúgbi e mulheres

Se o lugar dos homens também é no voleibol, o mesmo poderia ser afirmado das mulheres em relação ao rúgbi? Verifiquei que sim, apesar do rúgbi ser um espaço circunscrito por desafios e negociações (PACHECO, 2016).

Não é demais lembrar que o rúgbi é um esporte de elite com um *ethos* masculino definido e delimitado na sua prática (DUNNING; SHEARD, 2005), no qual, como apontam os estudos australianos e franceses, as mulheres podem estar presente nos campos, mas somente para torcer, apoiar filhos e maridos, lavar os seus uniformes e preparar a comida. A presença no terceiro tempo³ está limitada a ser tema das canções obscenas e servidoras sexuais dos atletas de rúgbi (SAOUTER, 2003; NAURIGHT; CARLE, 2005).

Tendo em vista esse histórico, fiquei curioso ao me deparar com jovens mulheres universitárias do interior de Minas Gerais praticantes de rúgbi. Decidi refletir sobre as mesmas questões propostas pelo vôlei, só de que de maneira inversa. Se naquele esporte era a masculinidade que estava sendo colocada em questão, neste era a feminilidade das praticantes. Apoiado nas leituras de Mackinnon (1987), e suas reflexões sobre a possibilidade de ser mulher em um espaço masculino como o Direito, e de Wittig (2019), que questionava a categoria mulher como um dado natural enfatizando suas características políticas, fiz a seguinte pergunta: o que é ser mulher e praticar rúgbi?

Assim como aconteceu entre os atletas de vôlei, as respostas das mulheres praticantes de rúgbi indicavam para a feminilidade no plural: "Todo tipo. Todo tipo, assim [...] as mais sentimentais, as mais resistentes, as mais velhas, as mais novas [...]. Qualquer tipo de mulher. Eu conheci vários tipos de mulheres que joga (sic)" (Rugbier, Odontologia).

Essa e as demais narrativas apontavam para a característica democrática da prática do rúgbi. Um esporte inclusivo que não fazia distinção

3 O terceiro tempo no rúgbi é a atividade festiva e ritualística que ocorre depois dos dois tempos regula res do jogo. É uma atividade que de tão tradicional se incorporou na dinâmica do esporte e, desse modo, permite afirmar que não existe jogo de rúgbi sem o terceiro tempo. Em suma é um momento em que, em meio ao consumo em excesso de bebidas alcoólicas, brincadeiras iniciatórias, paqueras e romances, se discute o jogo que acabou de ocorrer – eliminando possíveis desavenças e rusgas –, criam-se laços de amizade e, decidem-se os próximos jogos e encontros.

entre mulheres e corporeidades, desde que essas estivessem dispostas a doar seu tempo e seu corpo às pedagogias do rúgbi. E no que consistiam essas pedagogias?

Em primeiro lugar, exigiam a aprendizagem da superação das dificuldades impostas pela prática. Era frequente a falta de equipamentos, locais e treinamentos adequados para se jogar rúgbi. Era comum o desconhecimento das regras do jogo por treinadores, treinadoras e jogadoras. Não havia incentivo institucional e financeiro para a prática e, para completar, sendo universitárias, as jogadoras não tinham tempo para investir na prática esportiva. O comprometimento com treinos e a conciliação destes com uma vida de estudos e de festas em abundância tornou-se impeditivo para várias praticantes que não entendiam o rúgbi como um compromisso sério. Somados esses desafios a serem enfrentados não fica difícil compreender por que as equipes não se mantinham atuantes.

Em segundo lugar, uma aprendizagem que exigia disciplina para transformar o corpo em uma ferramenta adequada para se praticar o esporte. Não somente para tornar o corpo forte, resistente, veloz e ágil para enfrentar os contatos, derrubar ou driblar as adversárias e correr em direção à linha de fundo do campo para realizar o *try*⁴ sem ser derrubada, mas também para criar um modo prático de *incorporação direta* (WACQUANT, 2002) de domínio da bola oval de forma a manuseá-la sem deixá-la cair, a coordenar o passe para trás e as demais nuances da posição em que se escolhe atuar em campo. Uma pedagogia de ocupação de espaço e de construção de força corporal a qual as mulheres são desencorajadas a desenvolver em suas experiências com os esportes.

Nesse sentido é uma pedagogia de redescoberta e empoderamento corporal feminino que refuta a premissa do "*throwing like a girl*" (YOUNG, 2005) como algo natural e biológico. É a ação prática de resistência e de ocupação de espaços que lhes permitia expressar suas feminilidades plurais dotando essas universitárias de poder em uma esfera esportiva. Isso era um fato concreto, mesmo que no nível discursivo os termos para se referir a

4 O *try* é uma das formas de se marcar ponto no rúgbi. Ele ocorre quando a jogadora ultrapassa a linha de fundo (*in goal*) do campo adversário e encosta a bola no chão.

essas experiências fossem emprestados do universo masculino sugerindo uma mera reprodução das práticas deles nas vivências delas.

Por fim, mas não menos importante, aprender a enfrentar a misoginia e a homofobia que é característica desse espaço, o que consiste em fazer ouvidos moucos para o machismo e para as grosserias da audiência masculina – “não importa se perder ou se ganhar eu quero é ver o peitinho balançar”. Consiste também em desestabilizar as acusações de masculinização corporal e comportamental por praticar ou por se destacar no rúgbi e, o que se mostrou mais complexo em se tratando das relações estabelecidas nessa esfera esportiva, o desvencilhar da tutela masculina da “família” rúgbi, realizada por meio de direcionamentos, proibições e condescendências relacionadas à prática e às praticantes.

Ponto 4: mulheres e jornalismo esportivo

Assim como no rúgbi, o jornalismo esportivo também se configura como um espaço de monopólio masculino. Os dados dos associados da Associação Mineira de Cronistas Esportivos (AMCE) reforçam essa argumentação. Em 2016, para cada mulher havia 30 homens cadastrados.

Além dessa disparidade, durante o ano de 2017, entre observações realizadas em campo e entrevistas com algumas jornalistas da área, percebi que certos espaços não eram ocupados por mulheres. Certamente algumas estão na beirada do campo como repórteres, algumas estão nas reportagens cotidianas dos programas esportivos, outras estão na apresentação de programas e mediação de mesas-redondas. Ainda há aquelas na produção e edição – “na cozinha das redações e emissoras”.

Creio que esses são os espaços possíveis de serem ocupados. Contudo, mesmo assim, são ocupados com certo cuidado, já que para ocupá-los as jornalistas têm que se desvencilhar dos assédios de colegas, torcedores, jogadores, técnicos e dirigentes. Acrescente-se a isso o fato de serem tratadas com condescendência infantil pelos colegas e chefes, serem constantemente avaliadas sobre conhecimentos básicos acerca da dinâmi-

ca do jogo de futebol, terem suas ideias pouco valorizadas e sua voz quase não ouvida, sendo desacreditadas em sua competência profissional. Na percepção dessas mulheres esse é o preço a se pagar por estar ocupando um espaço de monopólio masculino.

Uma série de "tetos de vidro" (ACKER, 2009; ANDRADE, 2012) impedem que mulheres ocupem determinados espaços na esfera do jornalismo esportivo. Poucas são aquelas que atingem uma posição de poder e decisão nas emissoras de televisão e de rádio, nas redações de jornais e revistas e na assessoria de comunicação de clubes. As que são bem-sucedidas na carreira – ou porque ascenderam a cargos de comando e decisão ou porque conseguiram furos de reportagem – têm seu sucesso associado (por colegas homens, diga-se de passagem) à beleza física ou ao fruto de favores sexuais que teriam ofertado a superiores.

Poucas participam como comentaristas em mesas-redondas. Poucas estão na cabine de transmissão, seja como locutoras/narradoras seja como comentaristas. Aqui a dimensão de poder é explicitada. Como a cabine de transmissão é o local no qual a verdade do futebol é construída, em que a situação do que acontece no jogo é definida, em que o olhar do torcedor e suas emoções são direcionadas pela voz do locutor (TOLEDO, 2002; GASTALDO, 2006), ela se configura em um espaço de poder e prestígio no campo esportivo.

Nesse espaço as mulheres não são bem-vindas, como entendem as próprias jornalistas. Não são consideradas capazes de ocupar esse lugar e são sugestionadas a pensarem que não têm legitimidade para ocupá-los. Uma série de fatores as fazem acreditar serem incapazes ou mesmo não imaginar a possibilidade de assumir o protagonismo na cabine de transmissão.

O primeiro fator se refere à tonalidade da voz feminina. É de entendimento comum entre homens e mulheres torcedores e jornalistas que a voz feminina é muito aguda para narrar futebol. Portanto é uma voz que se torna desagradável para o ouvinte – quase um ruído ou o que Le Breton (2016) chama, em outro contexto, de uma "charabiá", uma voz que não se compreende, que tem a elocução grotesca. Nesse sentido, a voz feminina pode ser pensada como a voz da alteridade radical no espaço da transmissão de futebol.

O segundo, também de entendimento de torcedores e jornalistas homens e mulheres, é a falta de credibilidade e de seriedade da voz feminina para falar de um tema tão importante como o futebol. A credibilidade e a seriedade estão associadas à voz masculina. Essa é a legítima voz do futebol e, independentemente de sua tonalidade, possui as características desejáveis para relatar, noticiar e narrar esse esporte.

O terceiro fator está relacionado com as desigualdades de exigência para narrar e comentar jogos. Na percepção das jornalistas, sobre as mulheres recai o excesso de exigências: qualquer pequeno erro é amplificado e transforma-se na evidência de que elas não compreendem nada do esporte. Sobre os homens não há tamanha exigência e os erros são percebidos como algo corriqueiro, um pequeno lapso. No mesmo sentido, o quarto fator diz respeito ao medo proveniente das exigências desiguais. Muitas jornalistas relataram não ter vontade de investir na locução esportiva por medo de se exporem ao erro e serem ridicularizadas. O perfeccionismo e a pressão que elas se sofrem dentro da estrutura do jornalismo esportivo contribuía para desestimular qualquer tentativa de assumir a função de narradora.

O quinto fator está relacionado ao domínio da linguagem do jogo. As jornalistas entendiam que os homens, por serem socializados brincando de narrar futebol, tinham maior facilidade para dominar os meandros da narração. Assim, os termos do jogo, suas definições, as posições dos jogadores, as especificidades do espaço, as regras e os equipamento, as metáforas e demais aspectos da linguagem seriam do universo masculino (SPENDER, 1990). Portanto uma linguagem masculina construída tendo em mente uma audiência masculina.

Por tais razões, as narrativas dessas mulheres jornalistas enfatizavam a dificuldade em se inserir na cabine de transmissão e evidenciavam os motivos pelos quais elas nem se imaginavam ocupando a função de locutora esportiva. Ademais os limites impostos pela própria estrutura do campo profissional eram concebidos como uma questão de escolha individual. Assim, era frequente nas narrativas a ideia de que não havia narradoras e comentaristas por falta de interesse das próprias jornalistas e que a ausência de mulheres em espaços de poder, decisão e mando era resultado de uma

falta de esforço individual destas. Afinal, quem se esforça e é competente sempre alcança cargos de direção, afirmavam as jornalistas citando sempre os mesmos três nomes daquelas que “chegaram lá”.

Em suma, do entendimento da masculinidade nas derrotas do futebol pela narrativa da mídia, passando pela construção da masculinidade, da feminilidade e suas correlações com o corpo no voleibol e no rúgbi, até finalmente voltar o olhar para a mídia mediante as relações de gênero no jornalismo esportivo, expus como o meu caminho de pesquisa no campo da antropologia dos esportes foi sendo tecido. Caminho esse que se desdobra na tessitura de mais pontos, em pesquisas vindouras, na abordagem da relação entre política e jornalismo esportivo, temas tão caros e urgentes para compreender a sociedade brasileira contemporânea.

Referências

ACKER, Joan. From glass ceiling to inequality regimes. *Sociologie du Travail*, v. 51, n. 2, p. 199-217, 2009.

ANDRADE, Silvana Rodrigues de. *Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso: representações, identidades e trajetórias de mulheres executivas no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em História) – FGV, Rio de Janeiro, 2012.

CONNELL, Robert. Debates about men, new research on masculinities. In: SCRATON, Sheila; FLINTOFF, Anne (Eds.). *Gender and sport: A reader*. London: Routledge, 2002. p. 161-168.

DUNNING, Eric. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais da identidade masculina e as suas transformações. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. p. 389-412.

DUNNING, Eric; SHEARD, Kenneth. *Barbarians, Gentleman and Players: a sociological study of the development of rugby football*. London: Routledge, 2005.

GASTALDO, Édison Luis; GUEDES, Simoni Lahud. De pátrias e de chuteiras. In: GASTALDO, Édison Luis; GUEDES, Simoni Lahud (Orgs.). *Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. p. 7-12.

GASTALDO, Édison Luis. “Os campeões do século”: notas sobre a definição da realidade no futebol espetáculo. In: GASTALDO, Édison Luis; GUEDES, Simoni Lahud (Orgs.). *Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006. p. 15-38.

LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MACKINNON, Catharine. *Feminism unmodified: discourses on life and law*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

MANCHETE ESPORTIVA. Copa-78 – As lições para 1982. *Manchete Esportiva*, Rio de Janeiro, n. 38, 4 de julho de 1978.

NAURIGHT, John; CARLE, Alison. Crossing the line: women playing rugby union. In: NAURIGHT, John; CHANDLER, Timothy (Eds.). *Making the rugby world: race, gender, commerce*. London: Frank Cass, 2005. p. 128-148.

O CRUZEIRO. Brasil na Copa – o primeiro degrau do tetra. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, Ano XLVI, n. 25, 19 de junho de 1974.

PACHECO, Leonardo Turchi. Mulheres e rúgbi: desafios e negociações de uma conjugação possível. In: SPAGGIARI, Enrico; MACHADO, Giancarlo Marques Carraro; GIGLIO, Sérgio Settani (Orgs.). *Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2016. p. 239-260.

PACHECO, Leonardo Turchi. *Tragédias, batalhas e fracassos: as derrotas brasileiras nas Copas do Mundo (1950-1982)*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2010.

PLACAR. Guerra em Barcelona – o tetra mais perto. *Placar*, São Paulo, Abril, n. 632, 2 de julho de 1982.

SALDANHA, João. *O trauma da Bola: a Copa de 82*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SACOUTER, Anne. A mãe e a prostituta: os homens, as mulheres e o rugby. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 37-52, maio/ago. 2003.

SPENDER, Dale. *Man made language*. London: Pandora Press, 1990.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas do futebol*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

VELHO, Gilberto. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 55-65.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 2002.

WHITSON, David. The embodiment of gender: discipline, domination and empowerment. In: SCRATON, Sheila; FLINTOFF, Anne (Eds.). *Gender and sport: A reader*. London: Routledge, 2002. p. 227-240.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83-94.

YOUNG, Iris Marion. *On female body experience: "throwing like a girl" and others essays*. Oxford: University Press, 2005.